Inclusão e contexto social: agenda contemporânea 2

Jadilson Marinho da Silva
(Organizador)

Ano 2023

Inclusão e contexto social: agenda contemporânea 2

Jadilson Marinho da Silva
(Organizador)

Ano 2023

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Inclusão e contexto social: agenda contemporânea 2

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Jadilson Marinho da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I37 Inclusão e contexto social: agenda contemporânea 2 / Organizador Jadilson Marinho da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-1807-8
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.078231710

1. Inclusão social. I. Silva, Jadilson Marinho da (Organizador). II. Título.

CDD 305.90691

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

APRESENTAÇÃO

A segunda edição do livro **"Inclusão e Contexto Social: agenda contemporânea"** é uma continuação do compromisso de compartilhar conhecimentos e experiências que promovem a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas em diferentes contextos sociais.

Neste livro, mergulhamos em uma jornada de reflexões e práticas relacionadas à inclusão, explorando diferentes perspectivas e áreas de estudo que são fundamentais para entendermos e promovermos uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

No primeiro capítulo, "Inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas na Escola Pública Municipal na Cidade de Buritis/RO" a autora nos conduza a uma análise sobre a inclusão nas escolas públicas municipais de Buritis, Rondônia, oferecendo um olhar atento para os desafios e conquistas nesse contexto específico.

O segundo capítulo, "A Língua de Sinais", a autora revela a importância da língua de sinais na comunicação e inclusão de pessoas surdas. A compreensão dessa língua desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e na quebra de barreiras de comunicação.

No terceiro capítulo, "Possibilidades para Promover a Aprendizagem do Aluno com Transtorno do Aspecto Autista", as autoras nos oferecem valiosas estratégias para apoiar o desenvolvimento educacional de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando a importância de abordagens inclusivas e personalizadas.

No quarto capítulo, "El Futuro Docente para la Educación Inclusiva", mergulhamos em uma análise que transcende fronteiras, explorando a formação de professores para a educação inclusiva, ressaltando a necessidade de preparar educadores para enfrentar os desafios da diversidade nas salas de aula.

Por fim, o quinto capítulo, "Deficiência Intelectual: Compreensão e Orientação", nos leva a uma jornada de compreensão mais profunda da deficiência intelectual e oferece orientações práticas para apoiar indivíduos com essa condição a alcançarem seu pleno potencial.

A inclusão é uma jornada que nunca deve cessar, e é nossa esperança que esta obra contribua para esse caminho contínuo em direção a uma sociedade verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Jadilson Marinho da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS NA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL NA CIDADE DE BURITIS/RO

Data de submissão: 17/09/2023 *Data de aceite: 02/10/2023*

Tereza Freitas da Silva
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales
http://lattes.cnpq.br/3418889049998259

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo identificar estratégias de inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas nas escolas públicas municipais do município de Buritis, Estado de Rondônia. Embora haja toda uma aparato legal que garante a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares, essa tem sido um desafio para todos os envolvidos com a inclusão escolar, visto que a inclusão perpassa por uma ação compartilhada com vários atores. A pesquisa qualitativa descritiva foi realizada em três escolas do município e através do uso de questionário, entrevista e observação com a gestão, professores e equipe de apoio foi avaliado a inclusão em suas escolas. Os resultados apontaram que as escolas estão realizando a inclusão, porém ainda precisam melhorar o acesso físico, capacitar os professores e pessoal de apoio às pessoas com deficiência, ajustar o currículo e disponibilizar material facilitador de aprendizagem que se adeque às necessidades específicas de cada aluno. Por fim, conclui-se que a inclusão vai além de oferecer um assento na escola regular. Precisa da integração com outros agentes como saúde, política pública, formação de professores, capacitação do pessoal de apoio e a sociedade para que forneçam subsídios e condições da inclusão escolar.
PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Pessoas com necessidades específicas. Escola.

INCLUSION OF PEOPLE WITH SPECIFIC EDUCATIONAL NEEDS IN THE MUNICIPAL PUBLIC SCHOOL IN THE CITY OF BURITIS/RO

ABSTRACT: This work aims to identify strategies for the inclusion of people with specific educational needs in municipal public schools in the municipality of Buritis, State of Rondônia. Although there is an entire legal apparatus that guarantees the inclusion of people with disabilities in regular schools, this has been a challenge for everyone involved with school inclusion, as inclusion involves a shared action with several actors. Descriptive qualitative research was carried out in three schools in the municipality and through the use of a questionnaire, interviews and observation

with management, teachers and support staff, inclusion in their schools was assessed. The results showed that schools are implementing inclusion, but they still need to improve physical access, train teachers and support staff for people with disabilities, adjust the curriculum and provide learning-facilitating material that suits the specific needs of each student. Finally, it is concluded that inclusion goes beyond offering a seat in a regular school. It needs integration with other agents such as health, public policy, teacher training, training of support staff and society to provide subsidies and conditions for school inclusion.
KEYWORDS: Inclusion. People with specific needs. School.

INTRODUÇÂO

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola é resultado de uma luta histórica que se fortaleceu com movimentos mundiais, a exemplo da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em em Jomtien, no ano de1990; da Declaração de Salamanca em 1994 e da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, no ano de 2008.

O Brasil se destaca nos últimos anos pelos avanços relacionados à efetivação, estabelecida pela Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, a Lei nº 10.098, que fundamentam o paradigma da inclusão, nos direitos humanos e na articulação entre a igualdade e a diferença, que abriram caminhos para as transformações nos sistemas educacionais voltando-se a educação inclusiva.

A concepção de educação inclusiva que orienta as políticas educacionais e as normativas legais rompe com uma trajetória de exclusão e segregação das pessoas com deficiência, alterando as práticas educacionais para garantir a igualdade de acesso e permanência na escola. Fato corroborado através da Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989 que dispõe sobre a integração social, regulamentada mais tarde pelo Decreto-Lei nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 e o Decreto-Lei nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 que estabelece a promoção de acessibilidade e, finalizando com o atendimento educacional especializado proposto no Decreto-Lei nº 6.571 de 17 de setembro de 2008.

A Declaração de Salamanca (1994), marco da incorporação legal da inclusão no Brasil, busca dar prioridade política e financeira ao aprimoramento dos sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, jovens e adultos, independentemente, de suas diferenças ou dificuldades individuais, adotando este princípio em forma de lei ou de política pública, matriculando todas as crianças em fase escolar nas escolas públicas regulares de ensino fundamental.

No ano de 1994, a Declaração de Salamanca registrava a existência de 200 milhões de crianças fora da escola, incluindo neste número, um quantitativo relevante de crianças com deficiência. Segundo o Censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 24% da população, ou cerca de 46 milhões de

brasileiros possuíam alguma deficiência. Destas, 3.905.235 são crianças de 0 a 14 anos e, com deficiência intelectual, também nessa faixa etária, são 391.266 crianças. Esses números nos levam a perceber que estas crianças estão entre os membros mais pobres da população, consolidando a exclusão social e educacional.

A educação inclusiva aspira à efetividade do direito à educação, a igualdade de oportunidades e de participação. O direito à educação é também o direito a aprender e a desenvolver-se plenamente como pessoa, ou seja, exercer a plena cidadania (BRASIL, 1988).

Para tanto, é fundamental assegurar a igualdade de oportunidades, a cada um que necessita, em função de suas características e necessidades individuais. A educação inclusiva considera a diversidade como oportunidade para enriquecer os processos de aprendizagem, contribuindo assim para a melhoria da qualidade da educação (CARVALHO, 2003).

Neste sentido, este trabalho, que é um recorte da minha dissertação de mestrado, tem por objetivo identificar estratégias que possibilitem a efetivação da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especificas nas escolas públicas municipais do município de Buritis, Estado de Rondônia. Mesmo com todo amparo legal, percebe-se que a educação inclusiva é mais teórica que prática, pois ainda ocorrem situações de exclusão. Assim, a metodologia de pesquisa tem uma abordagem qualititativa, tendo por método a pesquisa de campo, com aplicação de questionários e observação. Fizeram parte deste estudo quatro escolas municipais localizadas na área urbana do município, as quais são: EMEIEF Chapeuzinho Vermelho, EMEIEF Josué de Castro, EMEIEF Paulo Freire e EMEIEF Sebastião Theodoro Bernardo Filho. Foram participantes desta pesquisa vinte e cinco por cento (25%) do total de docentes, equipe gestora, técnica e de apoio. E quinze por cento (15%) do total de estudantes com necessidades educacionais específicas matriculados nestas escolas foram participantes através da observação .

Busca-se, nesse trabalho, responder a seguinte pergunta: Como ocorre a inclusão dos alunos com deficiência no cotidiano das escolas de ensino regular? Quais as políticas públicas educacionais que norteiam a educação inclusiva no Brasil? A trajetória proposta nessa pesquisa é de analisar o a inclusão dos alunos com necessidades educacionais específicas no ensino regular a partir das análises dos resultados encontrados as estratégias educacionais voltadas para a educação inclusiva.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AVANÇOS E IMPASSES

O futuro da inclusão escolar no Brasil, depende de um esforço coletivo, que obrigará a uma revisão na postura de pesquisadores, políticos prestadores de serviço, familiares e indivíduos com necessidades educacionais especiais, para trabalhar numa meta comum, que seria a de garantir uma Educação de melhor qualidade para todos (MENDES, 2006 p.

402).

A constituição Federal de 1988 destacou o Brasil efetivando avanços no campo da inclusão de pessoas com deficiência, fundamentando no paradigma dos direito humanos e na articulação entre direito á igualdades e á diferença os quais abriram caminhos para a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos.

A concepção de educação inclusiva que orienta as políticas educacionais e o atual marco normativo e legal rompe com uma trajetória de exclusão e segregação das pessoas com deficiência, alterando as práticas educacionais para garantir a igualdade de acesso e permanência na escola, por meio da matrícula dos discente, público alvo da educação especial, nas classes comuns de ensino regular e da disponibilização do atendimento educacional especializado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9394 (BRASIL, 1996) preconiza, no Capítulo V, que a Educação Especial é "uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para alunos portadores de necessidades especiais", afirmando o movimento em prol da educação inclusiva. A referida Lei prevê ainda a ressignificação do espaço escolar no tocante a currículos, métodos, técnicas, ou seja, estabelece que se realizem as adaptações curriculares para o atendimento às necessidades educativas especiais dos discentes com deficiência. [...] só o acesso não é suficiente, e traduzir a filosofia de inclusão das leis, dos planos e das intenções para a realidade dos sistemas e das escolas requer conhecimento e prática.

A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os discentes provoca e exige da escola brasileira, novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e os docentes aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico.

É preciso reafirmar que a educação inclusiva implica na concepção de educação com qualidade para todos, como princípio de direito e processo democrático. Mesmo este sendo um debate rejeitado por muitas pessoas, dentro e fora do contexto escolar, por julgá-lo longe da atual realidade da educação brasileira, a inclusão, como aponta Ferreira (2004, p. 7), é "o meio mais eficaz para combater a exclusão, as tenham a característica que tiver".

Transformar a escola significa criar as condições para que todos os discentes possam atuar efetivamente nesse espaço educativo focando as dificuldades do processo de construção do conhecimento para o ambiente escolar e não para as características particulares dos discente

De acordo com Aranha (2006), a escola somente será considerada inclusiva, quando sua organização favorecer cada aluno, independente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. "A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades e a elas responde, com qualidade pedagógica". (ARANHA, 2006, p. 8)

Para que a escola se transforme em uma escola inclusiva, vai muito além de práticas pedagógicas eficientes ou leis que assegurem o acesso e a permanência de todos, demanda o reconhecimento e o respeito pelas individualidades dos sujeitos. Conforme sublinha Mantoan, A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que deverá adaptar-se às particularidades de todos os alunos (...) à medida que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidade à unificação das modalidades de educação, regular e especial, em um sistema único de ensino, caminha-se em direção a uma reforma educacional mais ampla, em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular (MANTOAN, 2006).

De acordo com Cidade e Freitas (2002), a inclusão é "o processo social que modifica a sociedade e dá à pessoa com deficiência plenas condições de desenvolvimento e de exercer sua cidadania". Os autores ainda afirmam que essas mudanças não deverão ocorrer somente no ambiente físico, mas devem, também, ser assimiladas por todas as pessoas, inclusive a própria pessoa com deficiência. A existência dessas mudanças é que valorizarão as diferenças individuais e, assim, todos aprendem a conviver com a diversidade.

Ainda nessa perspectiva, Marques (2010) destaca que a compreensão sobre a 'portabilidade' da deficiência deve ser cercada por atitudes de superação, a começar pela quebra de alguns conceitos cristalizados sobre esta condição, enraizados em nossa sociedade como uma condição negativa e passiva do indivíduo (MARQUES, 2010).

Retomando Mantoan, a educação inclusiva de alunos com necessidades especiais garante a eles um direito já constitucional de ter acesso a um ensino de qualidade, assim como é para todos os outros alunos, no entanto o que ditará o sucesso da inclusão será, não apenas o apoio didático que envolve esta classe de ensino, mas a preparação do corpo docente que estará lidando com estas diferenças (MANTOAN, 2005).

Os professores devem cumprir o papel de lecionar para turmas inclusivas, entretanto, mesmo conhecendo cada um de seus alunos, eles se sentem inseguros por não se sentirem preparados para ensiná-los e pela falta de apoio recebida. Assim, a inclusão está diretamente relacionada à postura que o professor assume em sala de aula, pois, dependendo da abordagem adotada, pode incluir um indivíduo ou excluí-lo definitivamente do processo de ensino-aprendizagem e do convívio social.

Diversos são os obstáculos enfrentados durante o processo de inclusão, podendo ser destacados a falta de recursos materiais; turmas com grande quantidade de alunos; desvalorização social da profissão; escassez de recursos humanos; baixos salários para os professores; pouco investimento na formação de professores; carência de um trabalho conjunto da equipe pedagógica; falta de capacitação adequada do professor de apoio; e o apoio dos pais ou familiares, que devem aceitar a deficiência do filho e incentivá-lo a viver de forma igualitária (DUEK, 2007).

Esses pontos são resultados da precariedade do sistema existente nas escolas públicas, o que leva, muitas vezes, ao desânimo do professor com a profissão e ao receio dos pais quanto ao sistema inclusivo, acarretando diretamente na ineficiência do sistema. Sendo assim, torna-se necessária uma reestruturação da escola, transformando seu sistema de ensino conforme assegurado pelo Estado, fazendo com que as pessoas com deficiência deixem de se sentir excluídos e que se sintam capazes tanto quanto os demais.

No âmbito educacional, isso ocorre ao estabelecer-se um sistema de ensino que se preocupe em adquirir recursos, adequar ambiente e capacitar seus professores e demais funcionários para lidar com alunos com deficiência, respeitando suas diferenças e proporcionando uma qualidade de ensino igualitário. Assim, de acordo com Werneck (1997), a inclusão exige a transformação da escola, pois visa modificar o sistema tradicional de ensino para um sistema de ensino inclusivo, que atenda alunos com diferentes déficits e necessidades, sendo de responsabilidade da escola a adaptação para esta inserção.

POLÍTICAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os discentes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação á ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

É partindo dessa premissa que tal conceito surge nos contextos educacionais como consequência dos avanços e conquistas, fruto das históricas lutas sociais, no campo dos direitos humanos, reconhecendo a fundamental importância da educação como direito de todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, culturais, linguísticas.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel de escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os discentes tenham suas especificidades atendidas.

Em 2006, a Organização das Nações Unidas – ONU aprova a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, conceituando a deficiência como resultado da interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras, nas atitudes e nos ambientes,

que impedem a sua plena participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

O Estado brasileiro, signatário desta Convenção, assume o compromisso de assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Para tanto, deve garantir que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema geral de ensino e realizar medidas que efetivem o pleno acesso a educação em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico e social.

O desenvolvimento histórico da educação especial no Brasil inicia-se no século 19, quando os serviços dedicados a esse segmento da população, inspirados por experiências norte-americanas e europeias, foram trazidos por alguns brasileiros que se dispunham a organizar e a programar ações isoladas e particulares para atender a pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais. Essas iniciativas não estavam integradas às políticas públicas de educação e foi preciso o passar de um século, aproximadamente, para que a educação especial passasse a ser uma das componentes de nosso sistema educacional.

De fato, no início dos anos 60 é que essa modalidade de ensino foi instituída oficialmente, com a denominação de "educação dos excepcionais." Podemos, pois, afirmar que a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil está dividida entre três grandes períodos: · De 1854 a 1956 - marcado por iniciativas de caráter privado; De 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional; De 1993 a caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar.

O primeiro período enfatizou-se o atendimento clínico especializado, mas incluindo a educação escolar e nesse tempo foram fundadas as instituições mais tradicionais de assistência às pessoas com deficiências mental, físicas e sensoriais que seguiram o exemplo e o pioneirismo do Instituto dos Meninos Cegos, fundado na cidade do Rio de Janeiro, em fins de 1854. Entre a fundação desse Instituto e os dias de hoje, a história da educação especial no Brasil foi se estruturando, seguindo quase sempre modelos que primam pelo assistencialismo. Projeto de educação escolar de pessoas com deficiência, condizente ao vanguardismo de nossas leis, ao preconizarem a formação educacional de todos os brasileiros.

A tendência do movimento de pais é ainda a de se organizarem em associações especializadas, gerenciadas por eles próprios, que buscam parcerias com a sociedade civil e o governo para atingir suas metas, sendo basicamente financiados pelos poderes públicos municipal, estadual e federal. Se olharmos para trás, veremos as melhoras e as conquistas que o nosso país tem alcançado nas últimas décadas.

Diretrizes da Política Nacional na Perspectiva da Educação inclusiva

De acordo com Mendes (2006, p.98), apenas a regulamentação da legislação não é

suficiente para uma educação inclusiva eficaz, pois [...] “ainda que estivessem garantidos cursos, disciplinas ou a mera introdução de conteúdos em cursos de formação inicial, isso ainda não seria suficiente para produzir mudança conceitual [...].”.

A Constituição, (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) estabelecem que a educação seja direito de todos, garantindo atendimento especializado aos portadores de necessidades especiais. Nesta perspectiva inclusiva da educação, torna-se imprescindível que a escola esteja preparada para lidar no seu interior com as diferenças. É preciso capacitá-lo para trabalhar a unidade na diversidade. Para tal faz-se necessário que os profissionais da escola sejam capazes de oferecer oportunidade de atendimento educacional que prevejam as necessidades, as limitações, as potencialidades e os interesses de cada discente, ou seja, individualizando o ensino de acordo com sua necessidade especifica.

Diante dessas reflexões, pode-se afirmar que o direito à educação, como pressuposto de uma sociedade inclusiva, está acima das dificuldades, quer sejam físicas, pedagógicas ou didáticas que qualquer sistema, escola ou profissional venha amparar-se para justificar o desrespeito a esse direito.

Para Vygostsky, (2004, p.72) a inter-relação individual e cultural dá-se pelos instrumentos técnicos e signos construídos historicamente, que são a base da relação do ser humano com o mundo, como, por exemplo, a linguagem. A atividade pedagógica desenvolve-se principalmente na construção de uma compreensão compartilhada, em que as perspectivas vão além da individualidade e prevalece o conceito de alteridade. Por isso, a educação deve ser vista como um “processo de comunicação” que indaga os modos em que o conhecimento (e, em especial, aquele que constitui o conteúdo dos currículos escolares) se apresenta, é recebido bem ou mal por docentes e crianças na classe. Uma das condições de funcionamento da escola é o docente, e numa sociedade de excluídos, a formação do docente é extremamente importante para que as necessidades especiais de aprendizagem de crianças, jovens e adultos sejam identificados e consequentemente atendidas por profissionais sensibilizados e críticos a respeito da nossa prática pedagógica.

RESULTADOS

Por muito tempo compreendeu-se, de uma maneira equivocada, que as pessoas com deficiência ou com alguma necessidade especial constituíam-se em pessoas incompletas e limitadas. Essa compreensão se deve, em parte, às iniciativas pioneiras de instituições especializadas no atendimento terapêutico e educativo dessas pessoas, com intuito de aproximá-los a um padrão de normalidade estabelecido (BEYER, 2006).

A maioria das escolas de Buritis possui alunos necessidades específicas e, pelos dados da pesquisa, constatou-se que eles são em número de oitenta e sete (87). Estes alunos apresentam diferentes tipos de deficiências. Neste aspecto, prevalecem àquelas

relacionadas à deficiência intelectual com 56%, seguida das deficiências visual com 12%, física com 9%, auditiva com 7%, múltiplas com 6%, condutas típicas com 1% e outros casos especificados por transtornos e dificuldades de aprendizagem com 9%.

Quanto à escolaridade desses discentes, prevalecem as matrículas de ensino fundamental, sendo 50% destas nas séries iniciais. Assim também, dos 87% discentes encontrados, 72% dispõem de algum tipo de atendimento especializado e os 15% restantes não recebem este atendimento.

Ficou evidenciado que embora haja a acessibilidade física nas escolas, esta ainda deixa a desejar, identificando alguns setores necessitando de adaptação. A exemplos de bibliotecas e pátios. É importante destacar que ter uma escola atuando na proposta da educação inclusiva implica, necessariamente, em remover as barreiras que impedem o acesso de seus discentes, sejam, quais forem as necessidades específicas apresentadas por eles. Faz-se, então, necessário investir em ações no município que primeiramente discutam as seis dimensões da acessibilidade descritas por Sassaki (2005), bem como os meios de viabilizar essas condições.

Constatou-se, também, que metade destas escolas não possui recursos humanos capacitados em nenhum nível para atender essa clientela e as outras 5% das escolas que declaram possuir profissionais na área, citam que apenas 1% são especialista em educação especial. O restante dos profissionais apresentam cursos de graduação, onde cursaram disciplinas específicas para educação especial, ou possuem cursos de aperfeiçoamento. Para Denari (2006), a inclusão escolar necessita de procedimentos específicos para a atuação docente, com base na identificação das necessidades específicas.

As opiniões dos educadores sobre a questão da inclusão de pessoas com deficiência refletiu também, a necessidade de formação. Nas respostas obtidas nos questionários, as escolas foram unânimes em afirmar que necessitam de uma abordagem específica. Sendo assim, a formação de profissionais da educação para trabalhar dentro da concepção da escola inclusiva deve ser entendida como condição essencial.

Baseado em Prieto (2006), que diz haver necessidade de se estender a capacitação a todos os docentes e não restringi-la aos especialistas, percebe-se que, nas Escolas Municipais pesquisadas, é preciso investir nessa ação com esse foco. Cabe ressaltar que as escolas recebem pessoas com deficiências diversas e os professores não foram formados para lidar com essa diversidade.

Esta pesquisa, sobre inclusão de Pessoas com deficiência (PCD), surgiu através das dificuldades observadas nas escolas em incluí-los no ensino regular. O interesse pelo tema inclusão surgiu devido à situação em que as escolas se encontram para trabalhar com esses discentes, uma vez que não possui estrutura adequada para tal ensino. “Isso está refletido na dificuldade de aprender os conteúdos, pois os métodos são determinados para discentes que” não possuem nenhuma deficiência”. Consequência disso são discentes inibidos, com autoestima baixa, provocando dificuldade no relacionamento afetivo com os

colegas, formando barreiras, que provocam descriminação e isolamento dos mesmos.

Esses comportamentos dos discentes se tornam mais complexas pelo fato de que os docentes não estão aptos para trabalhar com tais discentes, dificultando o relacionamento afetivo e as escolas não desenvolvem proposta para a inclusão dos alunos com deficiência no Projeto Político Pedagógico

Cada vez mais tem se exigido dos docentes o desenvolvimento de novas habilidades para atender as necessidades específicas de cada um de seus discentes. Isso se reflete não somente no aspecto ensino-aprendizagem, mas também no desenvolvimento da autonomia e no aumento dos discentes sob sua responsabilidade.

Em tempos de educação inclusiva, não há mais espaço para modelos educativos que busquem homogeneizar e normalizar seus discentes, mas sim propostas que contemplem a diversidade (STAINBACK, 2006).

Para Denari (2006), a inclusão escolar necessita de procedimentos específicos para a atuação docente, com base na identificação das necessidades específicas. Desse modo, apresenta-se ao docente o desafio de disseminar conhecimentos que visam à formação do cidadão, com novos valores, desencadeando atitudes de respeito e aceitação da diversidade. Esta formação deveria passar pela articulação metodológica e didática para intervenção de ações no sentido amplo da educação, ou seja, a formação do dicente como cidadão. Tal ação depende da gestão e organização interna da instituição escolar, bem como de recursos humanos e técnicos sensibilizados e capacitados para tal atuação.

Desta forma, seria possível a criação de uma consciência sobre a questão, favorecendo o desenvolvimento das políticas de Inclusão. Ampliando estes horizontes, estes aspectos deveriam ser incluídos já na formação do educador, principalmente em cursos de licenciatura e pedagogia (DENARI, 2006).

As opiniões dos educadores sobre a questão da inclusão de pessoas com deficiência nas Escolas Municipais de Buritis/RO refletiu também, a necessidade de formação. Nas respostas obtidas nos questionários, as escolas foram unânimes em afirmar que necessitam de uma abordagem específica. Assim, observou-se que as docentes apresentam despreparo para atuarem com os discentes, com deficiências (PCD), não aplicam metodologias contextualizadas com a realidade destes discentes e estas dificuldades entravam o processo que tenta facilitar a inclusão.

CONCLUSÃO GERAL

Melhorar as condições da escola é formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. O movimento inclusivo, nas escolas, por mais que seja ainda muito contestado, pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional, é irreversível e convence a todos pela sua lógica, pela ética de seu posicionamento social.O futuro da escola inclusiva

depende de uma expansão do compromisso de transformar a escola, para se adequar aos novos tempos.

A organização da educação inclusiva as redes de ensino (pública) devem procurar ampliar as opções de serviços e não restringi-las, o que envolve investimento. Portanto, a implementação da educação inclusiva não significa a eliminação dos serviços existentes, mas sim a diversificação e a ampliação das opções visando melhorar a qualidade do processo educacional das pessoas com necessidades educacionais específicas.

Em outras palavras, apenas o acesso á classe comum não pode ser visto como sinônimo de inclusão, pois o discente pode estar na classe comum, mas abandonado, ou seja, sem encontrar as condições que necessita para aprender. Mesmo assim é importante considerar que apesar de limitada a política de inclusão representa o inicio do processo de democratização do acesso.

A educação inclusiva pressupõe que haja significativas transformações administrativas e pedagógicas no âmbito da organização do sistema de ensino. Significa ajustar o currículo para que este ofereça respostas educativas ás necessidades educacionais de todos os discentes. Tal concepção perpassa pela construção coletiva do Projeto Politico-Pedagógico de uma escola, que reconhece e valorizam as diferenças, étnicas, religiosas, cognitivas, sociais e culturais de todos os discentes.

Os procedimentos burocráticos constantes nas políticas educacionais assim como o discurso elaborado no âmbito da pedagogia e da sociologia da educação no sentido de fazer da escola um espaço de recepção das diferenças culturais e de condições sociais, não são suficientes para alterar a prática do dia a dia escolar. As políticas educacionais têm apontado alguns caminhos, como as adaptações curriculares, entretanto, o governo tem atribuído muita responsabilidade á escola e não vem se comprometendo plenamente com a questão. Ele aponta, por exemplo, a necessidade de reorganização das condições de ensino, mas não garante condições para isso de fato, ou seja, não investe o necessário na organização das condições. Sabe-se que o número de discente na sala de aula é uma condição decisiva no atendimento de discentes com necessidades específicas pelos contextos comuns de ensino, todavia, as classes das escolas públicas continuam superlotadas mesmo quando há discentes com deficiências.

A escola, sozinha, não conseguirá organizar a educação inclusiva. É preciso que haja muito compromisso e vontade política com a questão, o que envolve investimento na organização das condições físicas, materiais e humanas. Isso não significa que o docente deve ficar de braços cruzados esperando as condições ideais. Pelo contrario. Ele deve se engajar na luta por uma escola com melhor qualidade.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. de A. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. Ed., São Paulo: Moderna, 2006

BRASIL. **Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Casa Civil. Brasilia.. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em 14. 09.2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Casa Civil. Brasilia. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

BRASIL. **Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.. Casa Civil. Brasilia. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 14/09/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretriz nacional para a educação especial, na educação básica Secretária da educação especial**- MEC: SEESP, 2001.

BRASIL. Senado Federal. **Lei 9394 de 1996**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Senado Federal. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 14.09.2023

BEYER, O. H. Da integração escolar a educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, C. et al. (Orgs.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**:, Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF. 1988.

______. Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

_______. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas Comuns do Ensino Regular.** Brasília, set. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretriz nacional para a educação especial, na educação básica.** Secretária da educação especial- MEC: SEESP, 2001.

_______. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Necessidades educativas especiais**. Brasília, MEC, 1994.

CARVALHO, R. E. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem**. Ed. Mediação, Porto Alegre, 2003.

CIDADE, R. E. A.; FREITAS, P. S. **Introdução a educação física e ao desporto para pessoas portadoras de defi ciência**. Curitiba: UFPR, 2002.

DENARI, F. E. Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 35-63.

DUEK, V. P. Um olhar sobre a deficiência/diferença na escola inclusiva. **Rev.Cent. de Educ., Cadernos**, n. 29, 2007. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4176. Acesso em: 14.09.2023.

Ferreira, M. C., & Ferreira, J. R. (2004). Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In M. C. Goes, & A. L. F. Laplane (Orgs.), **Políticas e práticas de educação inclusiva** (pp. 21-48). São Paulo: Autores Associados.

MANTOAN, M. T. E. A Hora da virada. In: ***Inclusão: revista de educação especial*** Secretaria de educação Especial. Vol.1, n°1 (out.2005). Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

MANTOAN, M. T. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: RODRIGUES, David. (org) ***Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.*** São Paulo: Summus, 2006. p.29-183.

MARQUES, I. A. **Dançando na escola**. Motriz - Volume 3, Número 1, Junho/1997 .2010. Disponível EM: http://www1.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/03n1/artigo3.pdf Acesso em: 14.09.2023.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Carlos. v. 11, n. 33, set./dez. 2006.

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

SASSAKI, R; K. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista Inclusão**, da Seesp/MEC, ano I, n. 1, out. 2005, p. 19-23. Disponível em: < http://www.apabb.org.br/visualizar/Incluso-o-paradigma-do-seculo-21/1182> Acesso em 14 de Set de 2023.

STAINBACK, S. Considerações contextuais e sistêmicas para a educação inclusiva. Inclusão: **Revista da Educação Especial**, Brasília, v.2, n.3, p.8, dez. 2006.

A LÍNGUA DE SINAIS

Data de aceite: 02/10/2023

Tânia Mara de Souza Sampaio

As línguas de sinais não são universais e como todas as outras, são vivas, pois estão em constante transformação, com sinais novos introduzidos pela comunidade surda de acordo com a sua necessidade.

A seguir, elencamos um breve histórico da Língua de Sinais dos últimos anos no Brasil:

- 1977- no Rio de Janeiro foi criada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos, FENEIDA, com diretoria de ouvintes.
- Final da década de 70 - Introduzida a Comunicação Total no Brasil sob a influência do Congresso Internacional de Gallaudet
- 1981 - Início das pesquisas sistematizadas sobre a Língua de Sinais no Brasil.
- 1982- Elaboração de projeto subsidiado pela ANPOCS e pelo CNPQ intitulado "Levantamento linguístico da Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros (LSCB) e sua aplicação na educação". Diversos estudos linguísticos sobre LIBRAS são feitos sob a orientação da linguista L. Brito, principalmente na UFRJ. A problemática da surdez passa a ser alvo de estudos para diversas dissertações de mestrado.
- 1983- Criação da Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos.
- 1986 - O Centro SUVAG (PE) faz sua opção metodológica pelo Bilinguismo, tornando-se o primeiro lugar no Brasil em que efetivamente esta orientação passou a ser praticada.
- 1987 - Criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), EM 16/05/87, sob a direção de surdos.

- 1991 - A LIBRAS é reconhecida oficialmente pelo Governo do Estado de Minas Gerais (lei nº 10.397 de 10/1/91).
- 1994 - Começa a ser exibido na TV Educativa o programa VEJO VOZES (out/94 a fev/95), usando a Língua Brasileira de Sinais.
- 1995 – Criado, por surdos, no Rio de Janeiro, o Comitê Pró-Oficialização da Língua de Sinais. • 1996- São iniciadas, no INES, em convênio com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisas que envolvem a implantação da abordagem educacional com Bilinguismo em turmas da pré-escola, sob a coordenação da linguista E. Fernandes.
- 1998 - TELERJ - do Rio de janeiro, em parceria com a FENEIS, inaugura a Central de atendimento ao surdo - através do número 1402, o surdo em seu TS pode se comunicar com o ouvinte em telefone convencional. • 1999 - Em março começam a ser instaladas em todo o Brasil telessalas com o telecurso 2000 legendado.
- 1999 - Em março começam a ser instaladas em todo o Brasil telessalas com o telecurso 2000 legendado.
- 2000 – Surge o Closed Caption, ou legenda oculta, transcreve o que é dito. Após três anos de funcionamento no Jornal Nacional ela é disponibilizada aos surdos também nos programas Fantástico, Bom Dia Brasil, Jornal Hoje, Jornal da Globo e programa do Jô. É o fim da TV "muda". Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. A Língua Brasileira de Sinais é regulamenta pela Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002.: "Art. 1o É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados." Da mesma maneira que temos, nas línguas orais, pontos de articulações dos fonemas, na língua de sinais temos pontos de articulações expressos por toques no corpo do usuário da língua ou no espaço neutro. Falar com as mãos é combinar esses sinais que formam as palavras e as frases num determinado contexto.

Segundo Honora e Frizanco (2009), as línguas de sinais são naturais, pois surgiram do convívio entre as pessoas e distinguem-se das línguas orais porque se utilizam de um meio visual-espacial e oral-auditivo, ou seja, na elaboração das línguas de sinais é preciso olhar os movimentos que o emissor realiza para entender sua mensagem. Já na língua oral precisamos apenas ouvi-lo, não tendo necessidade de estar olhando para ele. Um exemplo é um casal de ouvintes que conversa mesmo quando um deles está na cozinha e o outro na sala. Essa situação nas línguas de sinais é impossível, pois precisamos estar ao alcance da visão para que o sinal seja notado e percebido pelo receptor.

Cada língua de sinais possui sua própria estrutura gramatical, assim como não temos uma língua oral única, também não temos apenas uma língua de sinais. Tomemos como exemplo Brasil e Portugal: por mais que esses países possuam a mesma língua oral, possuem diferentes línguas de sinais, com características próprias. O contrário acontece

com Canadá e os Estados Unidos, que possuem a mesma língua de sinais e mesma língua oral.

Diferente de qualquer outra língua oral, a língua de sinais pode ser representada figurativamente ou desenhada. Transformar a escrita em representação da linguagem é uma evolução e um avanço direcionado à compreensão formal alfabética da escrita. Quanto mais efetivo é o acesso da criança surda à língua de sinais, mais chances ela tem de fazer uma apropriação consistente da escrita.

O que chamamos de palavras na língua oral chamamos de sinal nas línguas de sinais, mas não podemos chamar de gestos ou mímica por não possuir as características dos mesmos.

A criança, a partir da aquisição de uma língua, passa a construir sua subjetividade, podendo assim entrar no processo dialógico de sua comunidade, expressando sentimentos, compreendendo o que se passa em seu meio, trocando ideias e adquirindo novas concepções de mundo. Esse processo, no caso de crianças surdas filhas de pais ouvintes não irá ocorrer naturalmente, pois as modalidades linguísticas usadas nas interações mãe e criança não são adquiridas facilmente pelo filho, não sendo natural o processo de aquisição da língua como acontece com as crianças ouvintes.

Uma grande dificuldade entre os pais ouvintes que têm filho surdo é não considerar que não falar e não saber sinal significa também não compreender, não participar efetivamente das intenções. Esse conhecimento, afinal, não é comum aos leigos, apenas aos profissionais da área. Há pais que querem apenas que o filho fale, desconsiderando a língua de sinais como língua, outros pais já veem tal língua apenas com finalidade imediata de comunicação. A criança, quando não recebe o suporte familiar, muitas vezes irá apresentar resultados insatisfatórios, afetando, com isso, seu emocional. A família é o alicerce que auxilia a criança e quando essa base não está firme, o desenvolvimento terá consequências, gerando comportamentos de frustrações e agressividades.

Os pesquisadores procuram legitimar a língua de sinais e enfatizar suas vantagens em termos cognitivos e linguísticos, mas raramente esses aspectos são considerados pela família. Quando a língua de sinais é adquirida pelas crianças surdas nos primeiros anos de vida, ela consegue ter um pleno desenvolvimento, porém quando a aquisição é tardia, o surdo encontra dificuldades na compreensão de certos contextos.

Souza (1998), a partir do momento em que os surdos passaram a se reunir em escolas e associações e se constituíram em grupo por meio de uma língua, passaram a ter a possibilidade de refletir sobre um universo de discursos sobre eles próprios, e com isso conquistaram um espaço favorável para o desenvolvimento ideológico da própria identidade. Para Marchesi (2004) as pessoas com perda auditiva constituem um grupo bastante heterogêneo e, por isso, não é correto fazer afirmações que possam generalizar toda a população que apresenta tal deficiência. O desenvolvimento comunicativo linguístico de crianças surdas com uma perda auditiva profunda, por exemplo, apresenta aspectos

muito distintos daquelas com perdas leves ou hipoacústicas. O fato de os pais também serem surdos ou ouvintes tem repercussões igualmente importantes na educação das crianças.

A etiologia, a perda auditiva, a idade de início da surdez e o ambiente educativo da criança podem organizar os principais fatores diferenciadores da lesão. Tem uma grande repercussão em seu posterior desenvolvimento a idade da criança quando se produz a perda auditiva. São diferenciados dois tempos: antes dos três anos e depois dessa idade. Denomina-se surdez pré-locutiva no primeiro caso, ou seja, antes que a criança tenha consolidado a fala. No segundo caso, existe uma surdez pós-locutiva, posterior à aquisição da fala. As crianças com surdez prélocutivas têm de aprender uma nova linguagem sem nenhuma experiência com o som. O objetivo principal é sempre a aquisição de um organizado sistema linguístico quando a criança perde a audição. Após os três anos, o objetivo é manter a linguagem adquirida, complementá-la e enriquecê-la.

A atitude dos pais diante da surdez de seu filho influenciará grandemente em seu desenvolvimento, sendo que podem ser muito diversas as reações. Há pais que tentam negar sua existência e consequentemente tratam o filho como se ouvinte fosse. Outros desenvolvem atitudes de superproteção. Há ainda os pais que aceitam as consequências da surdez, criando um descontraído ambiente de comunicação e se dispõem a aprender e com seu filho utiliza o tipo de comunicação mais enriquecedor.

É necessário destacar a importância da educação que a criança recebe. Ela precisa ser adaptada, ou seja, utilizar os meios comunicativos de que a criança necessita, facilitando o conjunto de suas aprendizagens. Esse é um objetivo difícil de alcançar quando a criança surda tem de ser acomodada a modelos educativos que foram estabelecidos pensando-se nas crianças exclusivamente ouvintes.

É preciso avaliar o ritmo de aprendizagem da criança surda e verificar as mudanças que devem ser feitas para adaptar suas possibilidades e observar a influência de outros fatores, como a luminosidade, a acústica da sala de aula ou a posição do aluno em relação ao professor, a lousa ou qualquer outra fonte de informação.

A utilização da Língua de Sinais e sua valorização levaram a reforçar uma opção comunicativa com as crianças surdas: o bilinguismo. Duas principais razões são apontadas em defesa do enfoque bilíngue na comunicação com as crianças surdas profundas: o fato de a Língua de Sinais ser um sistema linguístico estruturado com uma coerência interna e com um sistema de regras capaz de produzir todo tipo de expressões e significados e também a presença de uma comunidade de pessoas com surdez que utilizam a Língua de Sinais como uma linguagem própria. A integração das crianças hipoacústicas não deve oferecer grandes dificuldades. Há necessidade de os professores terem consciência das dificuldades, facilitando-lhes a comunicação, o acesso a informação e necessários apoios.

O problema mais sério refere-se à educação das crianças surdas profundas, sendo preciso ter um objetivo básico: o favorecimento a comunicação e o educar para a integração,

tanto no mundo dos ouvintes como no mundo dos surdos, devendo incorporar um sistema duplo de comunicação, oral e visual, facilitando a interação social e aprendizagem das crianças com seus colegas surdos e ouvintes.

É preciso respeitar e reconhecer a cultura das pessoas surdas que se baseia na Língua de Sinais e que se mantém graças às associações das pessoas com surdez, uma cultura que deve ajudar na construção da identidade das crianças surdas, devendo ser valorizada e conhecida também pelos colegas ouvintes. Assim, é mais simples conseguir o objetivo de educar a criança surda para viver em uma comunidade de pessoas surdas e em uma comunidade de pessoas ouvintes. O decreto presidencial 5.626/05 da Lei 10.436/2002 estabelece que os alunos com deficiência auditiva possuam direito à educação bilíngue nas classes regulares e devem aprender a Língua Brasileira de Sinais como primeiro idioma e Português como segundo e obrigatório. A lei, além de instituir a LIBRAS como disciplina curricular, regulamenta a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor de LIBRAS para todas as esferas da educação.

É na escola que a maior parte dos alunos surdos adquirirá a Língua Brasileira de Sinais, cabendo aos professores propiciarem tal aquisição, o que vai se dar em discursivas atividades e não por meio da memorização e repetição de sinais isolados, que serão posteriormente combinados em frases.

O professor é considerado o recurso principal para a instrução dos alunos, supondo um permanente esforço para melhorar sua competência profissional e para desenvolver habilidades didáticas. O reconhecimento da importância da formação do professor completa-se com uma mais profunda reflexão sobre como enriquecer o currículo e como adaptar o ensino a diversidade dos alunos favorecendo a aprendizagem cooperativa.

As atitudes e os valores dos cidadãos diante das inclusivas estratégias são também importantes fatores no processo de transformação da educação. A prioridade da concorrência em relação à solidariedade, a importância maior atribuída ao êxito acadêmico em relação ao social desenvolvimento e da personalidade e a concepção de que a presença de alunos com maiores dificuldades impede o progresso dos mais capazes são muitas vezes crenças implícitas que freiam a profundidade e extensão das reformas educativas.

Cada país possui uma história, uma cultura e uma tradição próprias educacionais que condicionam a incidência das mudanças e a respostas no sistema educacional. Porém, ao mesmo tempo há diferentes modos de compreender o significado da educação e das alternativas soluções diante dos problemas. A cultura da escola constitui o suporte principal sobre o qual se apoiará o desenvolvimento do currículo. Os valores, os modelos de aprendizagem, as atitudes dos professores, as normas, as mutuas expectativas, as existentes relações interpessoais, a participação de pais e alunos e a comunicação que existe na escola entre todos os membros da comunidade educacional são os elementos que determinam o tipo de projeto que a escola vai elaborar e a orientação a ser seguida em relação ao currículo.

As escolas inclusivas vão se configurando mediante um processo longo e não aprece da noite para o dia, é preciso tomar consciência dos objetivos que se tenta alcançar e o tipo de estratégias que se deve impulsionar. Dessa forma, o trabalho do professor na sala de aula se converte em um fator fundamental, não apenas porque pode desenvolver um currículo acessível a todos os alunos, mas também porque sua experiência influenciará posteriormente as atitudes de outros professores, na elaboração dos projetos da escola e na avaliação dos pais sobre a experiência concreta de uma classe integradora.

A avaliação do processo escolar deve analisar todos os aspectos que incidem no processo de aprendizagem dos alunos surdos. Em primeiro lugar, deve-se verificar o tipo de comunicação que se estabelece com o professor e com os colegas. É preciso saber se o modo de comunicação utilizado favorece os intercâmbios comunicativos e se permite que a criança surda tenha fácil acesso às aprendizagens escolares. Também é importante levar em conta a necessidade de interação da criança surda com outros colegas ou com outras pessoas surdas. Devemos contribuir para melhorar a realidade da educação inclusiva no Brasil e garantir que as leis definidas no papel, sejam postas em prática.

A REALIDADE VIVENCIADA PELOS SURDOS

Essa parte do trabalho possui investigação em uma metodologia caracterizada como bibliográfica e exploratória; documental e de campo com aplicação de uma entrevista como instrumento de coletas de dados. Foram entrevistados cinco professores de São Paulo e cinco alunos surdos.

Analisando as questões, percebe-se que os professores buscam se justificar quanto à falta de seu preparo através da infraestrutura escolar precária para a inclusão de surdos, subentendendo que não basta apenas inserir os alunos com necessidades especiais no ensino regular, é necessário ter um serviço de qualidade e estruturas, os recursos escolares precisam ser reavaliados para que ocorra processo de aprendizagem significativa dos alunos surdos.

Os professores que foram entrevistados se mostraram preocupados com relação à aprendizagem de seus alunos e principalmente com relação aos alunos com surdez, os docentes na sua prática diária possuem dificuldades para transmitir a mensagem adequadamente. Foi evidenciado pelas respostas da maioria dos docentes entrevistados que a educação inclusiva encontra-se em construção no projeto político pedagógico. Ao olharmos para a realidade no tocante à educação de surdos, percebemos a falta de organização do projeto político pedagógico e caminho sem planejamento. Para proporcionar uma escola de qualidade é necessário a implementação e implantação de políticas públicas que incentivem a educação na formação dos cidadãos.

Na entrevista feita com os cinco alunos surdos, segundo eles, a escola em que estudam não possui uma adequada infraestrutura, sendo que a mesma deveria possibilitar

aos alunos desenvolvimento e formação. Eles mencionaram que em alguns casos da parceria de alunos ouvintes com alunos surdos existem alunos ouvintes que não conseguem se relacionar com o surdo e também tem alunos ouvintes que tem interesse em ajudar contribuindo para a aprendizagem.

O questionamento que se surge é o de como atuar com a inclusão dos educandos com surdez se não é oferecida pela escola a qual eles fazem parte uma qualidade de ensino adequada com um currículo flexível, práticas criativas adotadas em sala de aula, garantia de oportunidades de lazer, esporte e recreação, ficando difícil de entender o processo de inclusão

Foi utilizado na coleta de dados um questionário padrão para os docentes e aos alunos com surdez. Como técnica foram utilizados questionamentos e indagações na busca de entender as dificuldades dos alunos com surdez e dos professores.

Analisando os dados coletados e observações, conclui-se que, diante da realidade da inclusão dos alunos com surdez em sala de aula, os professores estão despreparados e inseguros. Com base nos resultados obtidos ocorre uma necessidade de qualificar os professores e uma melhoria nas práticas de ensino para que aconteça o ensino aprendizagem das crianças surdas com qualidade.

Conclui-se que as pessoas com surdez enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e de como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Muitos são os alunos com surdez que podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio-afetivo, linguístico e político-cultural e ter consideráveis perdas no desenvolvimento da aprendizagem.

A proposta de educação escolar inclusiva é um desafio e para ser efetivada faz-se necessário considerar que alunos com surdez têm direito de acesso ao conhecimento, à acessibilidade, bem como ao Atendimento Educacional Especializado.

A escola inclusiva é aquela que abre espaços para todos, adequando-se às necessidades de cada um. O caminho para a inclusão tem sido demorado e nem sempre conseguido.

Supõe-se que muitos professores ainda não saibam lidar com a inclusão de alunos surdos, tendo em vista que a surdez afeta o desenvolvimento educacional do mesmo.

Somente atingiremos nossos objetivos se tivermos bem clara a importância da inclusão, da formação dos docentes e, principalmente, se passarmos para os alunos a segurança que eles necessitam, pois assim poderemos ajudar a solucionar qualquer empecilho.

Sabemos que a inclusão não está pronta, é uma construção coletiva, não deve ter fim em si mesma, deve estar relacionada aos objetivos maiores da escola, que deve formar o aluno surdo como pessoa capaz de pensar, estudar, gerir, ajudando a construir uma nova realidade.

REFERÊNCIAS

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesus. Desenvolvimento psicológico da educação. Porto Alegre: Artmed, 2001

HONORA, Márcia; Frizanco, Mary Lopes Esteves. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua Brasileira de Sinais: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed. 2004.

POSSIBILIDADES PARA PROMOVER A APRENDIZAGEM DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ASPECTO AUTISTA

Data de aceite: 02/10/2023

Nayra de Abreu Amaral
Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Faculdade de Ensino Superior do Interior Paulista – FAIP, da Sociedade Cultural e Educacional do Interior Paulista.

RESUMO: Crianças com Transtorno do Aspecto Autista (TEA) apresentam alguns graus de comportamento e dificuldades em se relacionar com os outros, tanto na comunicação quanto no pensar. Além disso, crianças com TEA também podem ter dificuldades em coordenação motora grossa, fina e equilíbrio, tendo atrasos ou déficits. No ambiente escolar, a criança com TEA necessita de um reforço para executar atividades que aparentam ser complexas e abstratas, por isso, o professor enquanto um mediador ou facilitador do aprendizado do aluno, precisa elaborar atividades que tenham um estímulo, tanto para o lúdico quanto para a comunicação não verbal. A inclusão do aluno com TEA, no ambiente escolar, deve ser uma prática que apoia a defesa da diversidade voltada aos direitos humanos, tratando de um processo social de ações com o processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, objetivou-se identificar, na literatura, possibilidades para promover a aprendizagem do aluno com TEA. A pesquisa foi realizada por meio de uma Revisão da Literatura. O levantamento dos materiais científicos foi realizado em artigos disponíveis nas bases de dados: Google Acadêmico, SciELO. Além disso, foram utilizados livros disponíveis na biblioteca da Faculdade de Ensino Superior do Interior Paulista – FAIP. Foram utilizadas as seguintes palavras-chaves, em combinação, para a busca: autismo; Transtorno do Espectro Autista, inclusão, escolar, ensino, aprendizagem. Dessa forma, os principais resultados identificados, até o momento, foram que o processo de aprendizagem do aluno com TEA pode se classificar conforme o grau da dependência ou necessidade de suporte para os três níveis do autismo classificados em: leve, moderado e severo, o 1° nível conhecido como “leve” podendo ter dificuldades para se comunicar, mas não o impede de ter interações sociais, o 2° nível considerado “moderado” apresentando déficits e com uma menor intensidade aos transtornos de comunicação e deficiência na linguagem, mostrando dificuldades com mudanças e tende apresentar isolamento social, o 3°

nível considerado “severo” mostrando uma grave habilidade de comunicação verbal e não verbal, tendo dificuldades em interações sociais, déficit e ter a cognição reduzida, tendo comportamentos inflexível, isolamento social e dificuldades com mudanças. Para essas crianças tende ter a necessidade de um desenvolvimento, com adaptações sujeita a confrontar os métodos de ensino e apresentar conteúdos e atividades que reflete na aprendizagem e habilidade da criança.
PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia; Transtorno do Espectro Autista; Inclusão; Escola; Aprendizagem.

EL FUTURO DOCENTE PARA LA EDUCACIÓN INCLUSIVA

Data de submissão: 18/08/2023 *Data de aceite: 02/10/2023*

Luis Antonio Rabadán Miranda
Centro Regional de Educación Normal Iguala de la Independencia; Guerrero, México
Orcid: 0000-0002-4832-777X

Laritssa Solis Delgado
Centro Regional de Educación Normal Iguala de la independencia; Guerrero, México
Orcid: 0000-0001-9180-1783

RESUMEN: La educación en México es de gran responsabilidad para todos los docentes y más aún para el docente de educación especial y es que en el paso del tiempo la educación que se brinda a la población vulnerable a la exclusión ha sido elemento de preocupación, no sólo por el impacto del respeto a la diversidad, más bien por la forma en que la sociedad la tiene reconocida y las exigencias que en ella se pone. La forma correcta de lograr una educación inclusiva es precisamente mediante la formación de futuros docentes altamente capacitados, comprometidos e inclusivos. En este sentido el futuro docente debe ser un agente que propicie la inclusión, transforme las culturas y prácticas excluyentes que aún prevalecen. El futuro docente para la educación inclusiva se puede tener a través de la formación de futuros docentes en las escuelas normales, que estén comprometidos en alcanzar la excelencia y la calidad educativa.

La educación inclusiva enfrenta desafíos y exigencias y una de ella es la formación de docentes, en este sentido la 48ª Conferencia Internacional sobre Educación y específicamente sobre la educación inclusiva nos menciona que el camino hacia el futuro UNESCO, (2008), es identificar la formación docente como un área clave para el futuro docente. Lograr un aprendizaje significativo en las niñas y los niños que enfrentan barreras para el aprendizaje y la participación asociada principalmente a una discapacidad es una de las experiencias más desafiantes que puede experimentar un maestro de educación especial. Por lo tanto, las dificultades que las niñas y los niños presentan en su aprendizaje, se deben experimentar como desafíos, y no como obstáculos, el responder a estas necesidades específicas contribuye a que el futuro docente en su proceso de formación logre el perfil de egreso mediante un enfoque inclusivo.

PALABRAS-CLAVE: Educación Inclusiva,

Barreras para el Aprendizaje y la Participación, Formación Docente.

THE FUTURE OF TEACHERS FOR INCLUSIVE EDUCATION

ABSTRACT: Education in Mexico is a great responsibility for all teachers and even more so for the special education teacher, since over time the education provided to the population vulnerable to exclusion has been an element of concern, not only because of the impact of respect for diversity, rather due to the way in which society recognizes it and the demands placed on it. The correct way to achieve inclusive education is precisely through the training of highly trained, committed and inclusive future teachers. In this sense, the future teacher must be an agent that promotes inclusion, transforms the excluding cultures and practices that still prevail. The future teacher for inclusive education can be had through the training of future teachers in normal schools, who are committed to achieving excellence and educational quality.

Inclusive education faces challenges and demands and one of them is teacher training, in this sense the 48th International Conference on Education and specifically on inclusive education mentions that the path to the future UNESCO, (2008), is to identify the training teaching as a key area for the future teacher. Achieving meaningful learning for girls and boys who face barriers to learning and participation associated primarily with a disability is one of the most challenging experiences a special education teacher can experience. Therefore, the difficulties that girls and boys present in their learning should be experienced as challenges, and not as obstacles. Responding to these specific needs contributes to the future teacher in their training process achieving the graduation profile. through an inclusive approach.
KEYWORDS: Inclusive Education, Barriers to Learning and Participation, Teacher Training.

INTRODUCCIÓN

El futuro docente para la Educación Inclusiva será la clave para la transformación de la sociedad que en la actualidad exige la educación de las niñas, niños y adolescentes, la formación docente desde las escuelas normales debe ser el camino para la adquisición de los conocimientos, las habilidades y las actitudes que se requieren para atender a los alumnos con discapacidad o aquellos que enfrentan barreras en el aprendizaje y la participación, y posibilita manejar las estrategias de enseñanza propias de la educación y en específico en los servicios de educación especial.

Las ciencias de la educación y todas aquellas ciencias que apoyan el proceso de la educación, dan sustento para entender los fenómenos educativos que se van presentando y por consiguiente orientan el camino que ha de seguir la formación de los futuros docentes, En este sentido en el campo de la educación en México y en particular en la educación especial se ha determinado que no sólo es tener un espíritu solidario y justo en la atención educativa, sino existe la necesidad profesional que permita hacer frente a las dificultades que enfrentan los alumnos en condición de vulnerabilidad.

La misión del futuro docente para la educación inclusiva debe consistir en favorecer

el acceso y la permanencia en el sistema educativo de niños, niñas y adolescentes que enfrentan barreras para el aprendizaje y la participación, principalmente con discapacidad, proporcionando todos los apoyos necesarios dentro de un marco de equidad, pertinencia y calidad, que les permitan desarrollar sus capacidades para lograr su inclusión social y laboralmente.

La formación de docentes en Inclusión Educativa es una realidad, las escuelas normales ya cuentan con la licenciatura como oferta educativa, pero no se está logrando el propósito esperado en la atención de la población destinada, debido que, en el proceso de la formación de los normalistas, estos no logran consolidar el perfil deseado que determina el plan y programas de estudios. Por lo tanto los egresados de la licenciatura en inclusión educativa al terminar sus estudios, cuando se incorporan al trabajo laboral no están preparados para poder enfrentar la gran diversidad de los niños, niñas y adolescentes que enfrentan barreras para el aprendizaje y la participación, prioritariamente con discapacidad, trastornos generalizados del desarrollo, dificultades severas de aprendizaje, de comunicación y de conducta y/o aptitudes sobresalientes, debido al diseño del plan y programas apresurado y mal puesto en práctica en las escuelas normales.

LA FORMACIÓN DOCENTE

Las ciencias de la educación has estado siempre presentes en el diseño de los planes y programas, pero en la actualidad se puede considera que, en los planes de estudios de formación de docentes dirigidos a la atención de la educación especial, las disciplinas de las ciencias no están presentes en su totalidad, la que aún consideró estas disciplinas fue en el programa de 1984 con el curso de teoría del conocimiento, como parte de la filosofía. El llevar a la práctica en las escuelas normales un enfoque inclusivo no solo es hacer cambios en el nombre de la licenciatura, requiere de cambios significativos.

Los planes y programas de estudio de la licenciatura en educación especial y actualmente inclusión educativa se han actualizado constantemente en los últimos años en México, considerando a las nuevas demandas que la sociedad requiere y que han hecho la necesidad de introducir a todo el personal docente que labora en las Escuelas Normales, a que se actualicen y realicen los cambios que se requieran en los cursos que imparten, con la finalidad de favorecer la inclusión y favorecer el perfil de egreso.

Por lo que respecta el enfoque inclusivo se basa en la valoración de la diversidad como elemento enriquecedor del proceso de enseñanza-aprendizaje y en consecuencia favorece el desarrollo humano. En efecto lo que caracteriza a los seres humanos es el hecho de que somos distintos los unos a los otros, las diferencias no constituyen excepciones, asimismo las escuelas no deben obviarlas y actuar como si todos los niños aprendieran de la misma forma, bajo las mismas condiciones y el mismo ritmo, sino por el contrario, se deben de desarrollar nuevas formas de enseñanza considerando los estilos de aprendizaje

y respondiendo a la diversidad en la práctica educativa.

La formación docente, no es simplemente tratar de que él sea un tecnólogo, un conocedor de las técnicas, métodos y estrategias para propiciar el aprendizaje en las niñas, niños y adolescentes, debe ser un profesional hábil y diestro en el manejo de la tecnología de la información y está la pueda utilizar de la mejor manera en su enseñanza y en favorecer el aprendizaje, así mismo el docente debe ser sensible y hábil para captar la magnitud que se requiere en la atención que atienden los servicios de apoyo, como una tarea de gran responsabilidad, compleja y con un alto nivel de compromiso.

Hay que entender que la formación docente dejó de formar sujetos como transmisores de conocimientos, un instructor que solo enseña a leer, escribir y contar, en la actualidad la sociedad en todas sus dimensiones sea política, económica, tecnológica, salud, seguridad y por supuesto educativa, reclama la formación de futuros maestros con un alto nivel de desempeño, ejercer la docencia donde detone sus habilidades y competencias en favorecer el aprendizaje, donde se desarrolle el pensamiento de las niñas, niños y adolescentes. El docente tiene que ver su tarea como parte de su ejercer en su vida, quedando implícita su experiencia, sus conocimientos y la construcción de aprendizajes.

La clave para elevar la educación de las niñas, niños y adolescentes es poner mayor atención en la formación del docente, donde se dé la importancia de que el futuro docente debe ser un profesional inclusivo, para esto se requiere de estrategias específicas que permitan a las escuelas normales diseñar los planes y programas que respondan a las nuevas demandas de la atención de los servicios de educación especial, donde el futuro docente se relaciones con el contexto, poniendo en práctica todas sus habilidades, conocimientos y reflexiones para mejorar día a día, todo esto se puede lograr con esfuerzos conjuntos entre todos los involucrados.

La educación en Escuela Normal debe ser el lugar idóneo para el desarrollo profesional del futuro docente para la educación inclusiva. Por lo tanto, la enseñanza del docente está representada por las diversas interpretaciones de éste hacia el contexto que lo rodea, de igual manera influye en el desarrollo humano y las implicaciones que tiene en el aprendizaje. El aspecto más certero y universal de la experimentación humana es el fenómeno del él y saber que la educación es esencial para la formación y el desarrollo de la conciencia que da como condición necesaria el reconocimiento del otro (Bruner, 2004).

Ser docente de una escuela normal nos permite visualizar el proceso de formación que los normalistas van desarrollando en el transitar de su formación como futuros maestros, y podemos observar como algunos de ellos asumen el compromiso en prepararse para hacer frente a la educación que exige la población en educación especial, pero también somos partícipes de normalista que solo estudian por cumplir con la demanda de sus padres de tener una licenciatura, normalistas que entran sin vocación pero que dentro de su proceso se van enamorando de su profesión, de normalistas que pasan y pasan los semestres y no asumen ninguna responsabilidad, y podemos visualizar que algunos

normalistas no realizarán la diferencia en la educación cuando se incorporen al servicio profesional docente. El docente en la normal es un espectador sino logra dar significado al normalista en que ellos asuman la profesión con responsabilidad, pero la responsabilidad en ejercer la profesión docente es del propio normalista.

La educación debe contribuir al mejoramiento de la calidad, para después intervenir profesionalmente, ¡por esta razón; las interpretaciones intrínsecas que el docente realiza impactan en su labor docente siendo necesario que posea herramientas para que pueda crear con su alumno un ambiente de confianza y cordialidad que permita a este último desarrollarse física e intelectualmente con confianza y seguridad (Dadzie, 2004). El futuro docente en educación inclusiva será de gran responsabilidad de las escuelas normales, y todos los docentes que laboran en la licenciatura en inclusión educativa, deben de comprometerse con tener una actitud positiva en la aplicación de los programas, elaborar constantemente proyectos educativos que contemplen la diversidad, realizando un trabajo conjunto y coordinado con todos los que participen en la formación docente.

La función del profesor no se limita a enseñar, sino que debe orientar, planificar, socializar, dinamizar, organizar, seleccionar y elaborar recursos, evaluar etc., en definitiva, todo aquello que es preciso para intervenir sobre la personalidad del educando como sujeto personal y como miembro de esa comunidad. Para que suceda esta influencia en la persona, tendríamos que hablar de la forma en que el maestro llega a referenciar estos elementos en el aula, reflejo de su conducta social, su desenvolvimiento y en la forma en que interpreta su contexto. En el ámbito educativo, el educador no termina de educarse y se le llama educando. En este sentido se considera profesional aquella persona capaz de realizar determinadas tareas, aplicando conocimientos científicos y técnicos, con los cuales se pueden obtener beneficios económicos (Sarramona, 2000).

Algunos autores han puesto interés en el tema del desarrollo profesional docente y que al citarlos podemos compartir algunas de sus aportaciones, los resultados de las investigaciones que han realizado y que con su experiencia en la práctica han contribuido a dar una visión. En este sentido, Sarramona (2000) considera una reflexión y diferencia de los conceptos que cotidianamente utilizamos, al tratar de explicar lo que es ser un profesional, que considera que un educador es la persona que tiene responsabilidad de educar, sea por obligación profesional, sea por deber moral y social. Por lo tanto, para este autor el concepto es cuestión de grado, respecto a la necesidad y obligación de educarse, el educador sigue educándose mientras educa a los demás. Siguiendo a este autor, también menciona que el educador profesional por cuanto la responsabilidad del profesorado no puede limitarse a la docencia, entendida como la facilitación de la instrucción del alumno, sino que ha de actuar sobre el conjunto de la personalidad para lograr una formación en todas sus dimensiones.

La formación docente implica que desde el diseño de los planes y programas de estudio en las escuelas normales se establezcan las estrategias de la formación de los

futuros docentes mediante un enfoque inclusivo y puedan dar la atención a la diversidad, para desarrollar las habilidades en la detección y atención de las necesidades específicas de las niñas, niños y adolescentes.

LA EDUCACIÓN INCLUSIVA DESDE LA FORMACIÓN DOCENTE.

De acuerdo con Booth (1996), la inclusión constituye el proceso de identificar y responderá la diversidad de necesidades de todos los estudiantes mediante un incremento de su participación en el aprendizaje, la cultura y la comunidad, y reducir su exclusión de y por la educación. La educación inclusiva se refiere a identificar y superar todas las barreras de la participación efectiva, continua y de calidad en la educación, particularmente durante el ciclo educativo primario, donde se acepta ampliamente y se documenta el derecho humano de libre participación (UNESCO, 2003).

La educación inclusiva hace referencia a que todos los niños, las niñas y los jóvenes estudien en las mismas escuelas; que nadie sea excluido, que todos tengan un lugar y alcancen los aprendizajes planteados. Que niños con diferentes lenguas, culturas o características estudien y aprendan juntos. En este sentido, los alumnos con discapacidad quedan considerados al hablar de la educación inclusiva, pero esta última no se circunscribe sólo a la atención de estos alumnos, sino al logro de los propósitos educativos pertinentes a ellos.

Por lo tanto, en atención a la Declaración de Incheon de la UNESCO, la educación inclusiva garantiza el acceso, permanencia, participación y aprendizaje de todos los estudiantes, con especial énfasis en aquellos que están excluidos, marginados o en riesgo de estarlo. Esto se realiza mediante la puesta en práctica de un conjunto de acciones orientadas a eliminar o minimizar las barreras que limitan el aprendizaje y la participación. Dichos obstáculos pueden surgir de la interacción entre los estudiantes y sus contextos: las personas, las políticas, las instituciones, las culturas y las prácticas. Además, la educación inclusiva sustenta y favorece la conformación de la equidad, la justicia, la igualdad y la interdependencia, lo que asegura una mejor calidad de vida para todos, sin discriminación de ningún tipo, y una sociedad que reconozca y acepte la diversidad como fundamento para la convivencia social, que garantice la dignidad del individuo, sus derechos, la autodeterminación, la contribución a la vida comunitaria y el pleno acceso a los bienes sociales.

En este sentido, el concepto de educación inclusiva no se refiere de manera exclusiva al tipo de educación que deben recibir las personas con discapacidad, con aptitudes sobresalientes, la población indígena o aquellas que pertenecen a cualquier otro grupo vulnerado por el contexto; sino que señala la necesidad de fomentar comunidades educativas en donde la diversidad sea valorada y apreciada como la condición prevaleciente. Asimismo, reconoce que todas las niñas, niños y adolescentes tienen los mismos derechos,

sin discriminación alguna, por lo que busca generar igualdad de oportunidades para todos mediante la eliminación de las barreras arquitectónicas, sociales, normativas o culturales que limitan su participación o aprendizaje en el sistema educativo.

La educación inclusiva está directamente relacionada con la educación de calidad con equidad, que respete las condiciones, características, necesidades, capacidades, ritmos y estilos de aprendizaje de cada persona. Hablar de equidad en materia educativa implica lograr que "todas las personas tengan las mismas oportunidades de hacer efectivos sus derechos y alcanzar los fines de la educación en condiciones de igualdad", de acuerdo con la Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe de la UNESCO.

De acuerdo a la Estrategia de equidad e inclusión en la educación básica: para alumnos con discapacidad, aptitudes sobresalientes y dificultades severas de aprendizaje, conducta o comunicación (SEP 2018), la educación inclusiva se sustenta en los siguientes principios:

1. La exclusión no es un problema de los alumnos sino de las escuelas; en consecuencia, son estas las que deben adecuarse a los alumnos y a sus diversas necesidades. 2. Los alumnos deben ser atendidos en entornos inclusivos para que participen e interactúen en igualdad de condiciones que el resto de la población escolar. Al promover esta forma de convivencia, desde el aprecio por la diversidad, se ofrecen al alumnado y a toda la comunidad escolar oportunidades para aprender a relacionarse con respeto a la diferencia y a valorar a todos por igual. Lo que lleva a eliminar prácticas discriminatorias como estereotipos, prejuicios, segregación o exclusión y así se contribuye a la formación de ciudadanos solidarios y tolerantes. 3. Las diferencias en las capacidades de los alumnos no deben representar una barrera, sino una fuente de aprendizaje, puesto que las barreras para el aprendizaje y la participación (BAP) no se refieren a características inherentes al alumno, más bien a las condiciones organizacionales, normativas, administrativas, pedagógicas, físicas, y actitudinales.

La inclusión educativa defiende el replanteamiento de la función de la escuela para dar respuesta a todas las personas, con independencia de sus características o condiciones. En este sentido se sustenta en el reconocimiento de la igualdad de todas las personas, en reconocer las diferencias de cada estudiante, con el compromiso de ofrecer una educación de calidad, realizando énfasis en los niños, niñas y adolescentes que enfrentan mayores desventajas sociales; el futuro docente en inclusión educativa debe combatir cualquier forma de discriminación, y favorecer a la transformación de las políticas, las culturas y las prácticas de su institución.

Los principales rasgos de la educación inclusiva es que está diseñada para acoger a comunidades educativas inherentemente diversas y atender las diferentes expresiones de diversidad, no sólo las más visibles. Otro rasgo es el eje del cual se ha estructurado todo el sistema educativo, y no sólo es un tema transversal. Y por último promueve la convivencia basada en el valor de la diversidad, que ofrece al alumnado y a toda la comunidad escolar

oportunidades para aprender a relacionarse con respeto y valorar a todas las personas, a través de la eliminación de estereotipos, prejuicios, segregación, exclusión o cualquier otra práctica discriminatoria.

El futuro docente debe ser partícipe en la transformación el sistema educativo y las escuelas que requieren de establecer nuevos referentes en cuanto a políticas, culturas y prácticas pedagógicas, entre otras, como identificar las Barreras para el Aprendizaje y la Participación (BAP) que pueden enfrentar las niñas, niños y adolescentes y que estas se agrupan bajo tres grandes categorías: estructurales, normativas y didácticas.

Asimismo, el futuro docente en inclusión educativa deberá de implementar acciones como: la accesibilidad de todos sus alumnos, evitando el aislamiento, la exclusión, la discriminación y la segregación; realizar un diseño universal para el aprendizaje, creando productos y entornos diseñados a las necesidades específicas de los niños; realizar los ajustes razonables en la metodología y/o de acceso, llevando a cabo las modificaciones y adaptaciones necesarias y adecuadas que se requieran; llevar a cabo acciones necesarias para revertir la discriminación y acelerar o lograr la igualdad de las personas en situación de vulnerabilidad; y finalmente, utilizar apoyos o instrumentos que aumenten la capacidad de dar respuesta a la diversidad de los alumnos.

CONCLUSIONES

Incorporar la equidad y la inclusión como principios rectores en las Escuelas Normales requiere de importantes transformaciones en nuestro sistema educativo y en particular en cada normal, asumiendo que cada una tiene un punto de partida distinto por lo que los retos pueden ser comunes o bien cada centro tendrá que realizar distintas acciones bajo el paradigma de la inclusión educativa que exige nuevas políticas, fortalecer culturas inclusivas y mejorar la práctica pedagógica reconociendo a la diversidad.

En conclusión, cada escuela debe promover entornos en los que los futuros docentes aprendan permanentemente de la diversidad para facilitar eficazmente el aprendizaje de los alumnos: tener claridad de los fines; plantear objetivos realistas; proporcionar el apoyo necesario con los recursos existentes y llevar a cabo la evaluación de sus prácticas, políticas y culturas en favor de la inclusión.

El futuro docente para la educación inclusiva permitirá el crecimiento de la construcción de culturas inclusivas, ante la necesidad de contar comunidades escolares seguras y colaborativas en propiciar ambientes de aprendizaje en los que se acepte a la diversidad del contexto que pertenezcan, así mismo realizará prácticas que aseguren que las niñas, niños y adolescentes aprendan y participen, considerando sus conocimientos y sus necesidades específicas para realizar las modificaciones y adaptaciones necesarias cuando se requieran para garantizar la igualdad de condiciones.

Por lo tanto, el docente inclusivo debe asegurar el derecho a la educación de todos

las niñas, niños y adolescentes, para garantizar la equidad y la justicia de recibir educación sin importar las condiciones, con esto se estaría asegurando que nadie sea excluido de la educación y que se logren los aprendizajes sin importar la diversidad que pueda existir en cualquier contexto. Por ello las escuelas normales son un pilar en estas acciones a la inclusión y las normales deben reforzar la autonomía de los normalistas, fomentar el reconocimiento a la diversidad para avanzar en la ruta de la educación inclusiva.

En este sentido, es preciso enfatizar que la adopción de la inclusión educativa es gradual, por lo que es importante reconocer y valorar cada logro de las acciones emprendidas por autoridades educativas, directivos, docentes, familias y alumnado sin olvidar los retos para alcanzar la inclusión de los alumnos que siguen excluidos. Por lo tanto, el futuro docente para la inclusión debe de generar las mejores condiciones posibles para que niñas, niños, adolescentes y jóvenes ejerzan su derecho a la educación y puedan estar, aprender y participar en la escuela, en condiciones de equidad, sin menoscabo de la excelencia de los aprendizajes y procurando su desarrollo humano integral como lo sugiere la estrategia nacional de educación inclusiva.

Siempre se puede considerar que el ser docente es algo muy fácil de estudiar como carrera, y en realidad es una licenciatura muy sublime, que tiene la importancia de ir más allá de ser un solo transmisor de información al estudiante, es un facilitador del aprendizaje y, en algunos casos, creador de planificaciones, donde tiene que adecuar las metodologías de enseñanza cuando se considera la educación inclusiva en su práctica docente. Es necesario hacer conciencia en los futuros docentes, que educar es crear personas autónomas, libres, solidarias y con una cultura inclusiva, es ofrecer los apoyos necesarios para que las niñas, niños y adolescentes que puedan estar presentando una discapacidad o enfrentando una barrera para el aprendizaje y la participación, pueda acceder al aprendizaje. En la formación del futuro docente para la educación inclusiva, no solo implica dictar horas de clases, sino dedicar un alto nivel de compromiso para que estos puedan alcanzar las competencias profesionales que exige el servicio educativo, se debe inculcar, impulsar, persuadir, motivar y orientar a los futuros docentes en llevar a cabo políticas, culturas y prácticas inclusivas.

REFERENCIAS

Booth, T. (1996). A perspective on inclusion from England. Cambridge Journal of Education.

Blanco, R. (2000). Revista Prelac. Los docentes y el desarrollo de escuelas inclusivas. Española. Especialista Educación Inclusiva, Educación Infantil e Innovaciones Educativas; Oficina Regional de Educación de la UNESCO OREALC/UNESCO Santiago, Chile.

Dadzie, S. (2004). Herramientas contra el racismo en las aulas. Madrid: Morata.

Hernández, R. Fernández, C. y Baptista, P. (2004). Metodología de la investigación. Tercera edición. Mcgraw Hiil.

Sarramona J. (2000).Teorías de la educación: Reflexión y normativa pedagógica. Barcelona: Ariel.

SEP. (2004). Plan de estudios 2004. Licenciatura en Educación Especial. Programa para la Transformación y el Fortalecimiento Académicos de las Escuelas Normales. México.

SEP. (2006). Campo de Formación Específica por Área de Atención. Orientaciones Académicas y Descripción de las Asignaturas. Programa para la Transformación y el Fortalecimiento Académicos de las Escuelas Normales.

SEP (2006). Orientaciones Generales para el Funcionamiento de los Servicios de Educación Especial.

SEP (2010). Guía para facilitar la inclusión de los alumnos y las alumnas con discapacidad que participan en el pec. México D.F.

SEP (2018). Estrategia de equidad e inclusión en la educación básica: para alumnos con discapacidad, aptitudes sobresalientes y dificultades severas de aprendizaje, conducta o comunicación. México**.**

SEP (2019). Estrategia Nacional de Educación Inclusiva. Acuerdo Educativo Nacional. México.

UNESCO (1994). Declaración de Salamanca. Conferencia Mundial sobre Necesidades Educativas Especiales: Acceso y Calidad. UNESCO. Salamanca, España.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: COMPREENSÃO E ORIENTAÇÃO

Data de aceite: 02/10/2023

Amélia Cristina de Oliveira
Mestranda em Ciências da Educação – World University Ecumenical

Ana Maria Alves da Hora
Mestranda em Ciências da Educação – World University Ecumenical

Arlem Nelo Pessoa
Mestrando em Ciências da Educação – World University Ecumenical

Brawowisky Bezerra da Silva
Mestrando em Ciências da Educação – World University Ecumenical

RESUMO: A educação especial é objeto de estudo e de pesquisa há muitos anos. Muito se discutiu sobre a inclusão de alunos com deficiência na sociedade, sendo a educação um importante agente desse processo. As crianças que antes eram sacrificadas por nascer com alguma deficiência, passaram a receber educação em formato especializado, separado das instituições regulares de ensino. Após longas discussões, fora evidenciado a necessidade de incluí-las em escolas regulares, no entanto, esse processo ofereceu, a princípio, apenas a integração desses alunos, pois apesar de estarem em salas regulares, recebiam atendimento e tratamento distintos. Com o início da educação inclusiva, o aluno deficiente passou a ser incluído como um ator protagonista do processo de ensino, sendo-lhe oferecido um ambiente que oportunize o desenvolvimento de suas habilidades em meio aos demais colegas de sala, sem distinção. O presente estudo apoiou-se em pesquisa bibliográfica com o intuito de investigar o processo evolutivo da educação inclusiva e de perceber como esse processo ocorre com a educação de pessoas que tenham deficiência intelectual. Percebeu-se que há avanços nítidos nesse processo, tais como a mudança do currículo em cursos de licenciatura, a inclusão de profissionais especializados nas redes de ensino e o processo de inclusão desses alunos sob o que encaminha as orientações da educação inclusiva, no entanto, essa realidade ainda é bastante tímida e necessita ser incentivada para que os alunos com deficiência consigam ser de fato incluídos.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência intelectual; Ensino público; Educação especial; Educação inclusiva.

INTELLECTUAL DISABILITY: UNDERSTANDING AND GUIDANCE

SUMMARY: Special education has been the subject of study and research for many years. Much has been discussed about the inclusion of students with disabilities in society, with education being an important agent in this process. Children who were previously sacrificed for being born with a disability began to receive education in a specialized format, separate from regular educational institutions. After long discussions, the need to include them in regular schools was highlighted; however, this process offered, at first, only the integration of these students, as despite being in regular classrooms, they received different care and treatment. With the beginning of inclusive education, disabled students began to be included as a protagonist in the teaching process, being offered an environment that allows them to develop their skills among other classmates, without distinction. The present study was based on bibliographical research with the aim of investigating the evolutionary process of inclusive education and understanding how this process occurs with the education of people who have intellectual disabilities. It was noticed that there are clear advances in this process, such as the change in the curriculum in undergraduate courses, the inclusion of specialized professionals in teaching networks and the process of inclusion of these students under the guidelines of inclusive education, however, This reality is still quite timid and needs to be encouraged so that students with disabilities can actually be included.

KEYWORDS: Intellectual disability; Public education; Special education; Inclusive education.

INTRODUÇÃO

Desde o início da humanidade que há a existência de pessoas com deficiência. O tratamento dado a essas pessoas variavam de acordo com os costumes de cada sociedade, porém, era comum o sacrifício de crianças que nasciam com algum tipo de deficiência em várias culturas da antiguidade, como afirma Blanco (2003). Ao longo da história, os estigmas foram sendo modificados, porém, a ideia que se tinha da deficiência sempre fazia com que a pessoa deficiente fosse vista como inferior. Souza (2006) relata que na Idade Média, as deficiências foram tratadas como obra do pecado, uma espécie de maldição demoníaca. Assim, muitas famílias abandonavam seus filhos, por acreditarem nessa crença ou por temerem retaliação da sociedade e/ou da igreja.

Por volta do século XVII as pessoas com deficiência mental eram colocadas em orfanatos e manicômios, dentre outras instituições especializadas, como afirma Amaral (2001). Nesse período a segregação era muito marcada, pois basicamente não havia convívio social fora desses ambientes para as pessoas com deficiência.

Essa exclusão social das pessoas com deficiência foi fortemente marcada na escola até o século XIX, período em que não havia nenhum tipo de educação formal em escolas tradicionais para esse público. Blanco (2003) chama esse período de “fase da exclusão”.

Com o surgimento de espaços destinados à educação especializada as pessoas com deficiência começaram a ter a oportunidade de receber educação formal. Nascimento (2014) afirma que somente a partir da década de 1970 que as pessoas com deficiência

começaram a ser inseridas na sociedade.

A partir da Declaração de Salamanca em 1994 e da reestruturação do ensino no Brasil com os PCNs em 1996, abriu-se espaço para a implementação do processo de educação inclusiva. Trata-se aqui de não apenas garantir a permanência do aluno com deficiência na escola, mas de oferecer-lhe oportunidades iguais de aprendizagem e de convívio social.

Pensando em como ocorreu o processo de educação inclusiva no Brasil e em como está incluído o aluno deficiente intelectual, este estudo tem por objetivo refletir sobre a deficiência intelectual na educação inclusiva e o papel do professor nesse processo. Para tanto, o estudo se utiliza pesquisa bibliográfica e baseou-se, nos estudos de AMARAL (2001), BLANCO (2016), MANTOAN (2001), NASCIMENTO (2014), TESSARO (2005), VIEIRA (2023), VIGOTSKI (1997), entre outros.

CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial tem seu início quando a educação ainda era para poucos. Para entender bem a educação e a educação inclusiva é necessário viajar na história da nossa sociedade.

Comentar sobre inclusão é sempre muito difícil e complexo, sendo preciso traçar o processo histórico das pessoas com deficiência, para assim chegar ao movimento da educação inclusiva.

Para Blanco (2003) às pessoas com deficiência deveriam ser entendidas por meio de quatro fases distintas:

> A primeira delas corresponde ao período anterior ao século XIX, chamada de "fase da exclusão", na qual a maioria das pessoas com deficiência e outras condições excepcionais era tida como indigna da educação escolar. Nas sociedades antigas era normal o infanticídio, quando se observavam anormalidades nas crianças. Durante a Idade Média a Igreja condenou tais atos, mas por outro lado, acalentou a idéia de atribuir a causas sobrenaturais as anormalidades de que padeciam as pessoas, explicando-as como punição, em decorrência de pecados cometidos. Assim, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram escondidas ou sacrificadas (BLANCO 2003, p. 72).

Na antiguidade era negado o convívio social as pessoas que apresentavam anormalidades de cunho genético.

Na pré-História as pessoas com deficiências intelectuais eram rejeitadas e abandonadas pelos seus familiares, segundo Souza (2006). Na Idade Média o indivíduo anormal, se é que podemos chamar assim, era entendido como um demônio.

A Igreja Católica determinava os padrões sociais e as pessoas que não atendiam poderiam ser mortos ou queimados vivos.

Com o avanço da medicina surge um novo conceito sobre a deficiência dos indivíduos

aproximando do conceito atual sobre o tema e com isso, o início de um novo tratamento.

> No século XVII, os deficientes, principalmente os com deficiência mental, eram totalmente segregados, internados em orfanatos, manicômios e outros tipos de instituições estatais. Esses internatos acolhiam uma diversidade de sujeitos com patologias distintas, alguns deficientes, outros doentes (AMARAL, 2001, p. 32).

No final do século XVIII e início do século XIX surgem espaços especializados para o tratamento de pessoas com deficiências.

Na década de 1970 as pessoas com deficiências começam a ser inseridas na sociedade após serem educados em espaços especializados segundo Nascimento (2014). Mesmo sendo considerado um grande avanço para igualdade de direitos ocorreu poucos benefícios no desenvolvimento dessas pessoas.

A educação inclusiva começa a ser mais evidenciada na década de 1990 por conta principalmente do movimento mundial chamado de "inclusão social".

A inclusão representa um processo marcado por segregação, discriminação e até morte. O Brasil acompanha outros países do mundo no que se refere ao início da educação especial. Apresenta falta de recursos, professores não capacitados, escolas sem estrutura, recursos pedagógicos inadequados, entre outros.

Baseado nessa síntese histórica nota-se que a inclusão ainda está longe de ser a ideal, porém precisamos cada vez mais nos esforçarmos para alcançar um objetivo promissor.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI) E O PAPEL DO PROFESSOR

A Instituição Escolar deve ser um espaço acolhedor de construção do conhecimento acadêmico, capaz de enfrentar os desafios de uma realidade social que ultrapassa a questão da história de discriminação e exclusão, diante de uma educação escolar de pessoas com deficiências, que exige de seus educadores posicionamentos crítico e responsável para saber lidar com as diversas situações e dificuldades decorrentes das deficiências do aluno.

Quando nos referimos a inclusão escolar dos alunos com deficiência intelectual, é de grande importância que haja uma boa interação do professor com o seu estudante, visto que, através dessa relação será possível entender a lógica de como está sendo organizado a construção dos seus pensamentos, deve-se criar formas de ensino que envolvam as emoções, e sempre acreditar na possibilidade de superação de seus limites.

Nesta perspectiva, Tessaro afirma que:

> A limitações maiores na deficiência intelectual não estão relacionadas com a deficiência em si, mas com a credibilidade e as oportunidades que são oferecidas às pessoas com deficiência intelectual. Para a autora, a vida de uma pessoa deficiente passa a girar em torno de sua limitação ou incapacidade, quando as suas potencialidades e aptidões não são levadas

> em conta (TESSARO, 2005, p. 36-37)

Sendo assim, Vigotski (1997) defende que a aprendizagem escolar possibilita o desenvolvimento das pessoas com deficiência, e o papel do professor é relevante, enquanto mediador no desenvolvimento cognitivo e construção do conhecimento. Por isso, se faz necessário o educador conhecer seu aluno no todo, considerando as características da deficiência, suas expectativas, sua família, seu convívio, para lhe dar condição de intervir de maneira positiva na aprendizagem dos referidos. Logo, o autor afirma que:

> A importância de se reconhecer como está se desenvolve, e não a deficiência/ insuficiência em si mesma e, sim, a reação que se apresenta na personalidade desta no processo de desenvolvimento em resposta a sua dificuldade e da qual resulta sua deficiência. Esta criança não se forma somente pelos seus defeitos, seu organismo se reorganiza como um todo. A personalidade, como um todo, se equilibra, se compensa com os processos de desenvolvimento. (VYGOSTKY, 1998, p. 105)

Segundo Pletsch (2010, p. 187) a aprendizagem "não ocorre de maneira espontânea, mas sim a partir da interação e do desenvolvimento de práticas curriculares planejadas e sistematizadas de forma intencional". Diante desta concepção, cabe aos educadores procurar novas posturas e habilidades que permitam compreender e intervir nas diferentes situações que se deparam, além de auxiliarem na construção de uma proposta inclusiva, fazendo com que haja mudanças significativas pautadas nas possibilidades e com uma visão positiva das pessoas com necessidades especiais.

Corroborando com o autor supracitado, Minetto (2008), defende que o professor deve registrar tudo que observar do aluno, além de cultivar uma organização pedagógica com antecedência; manter um planejamento considerando a especificidade do aluno, além de detalhar o que for necessário; registrar o que deu certo e errado, para que seja possível buscar novas possibilidades de aprendizagem.

Desta forma, a ação docente estará pautada numa concepção que valorizem e veem na diferença e diversidade um fator importante na aprendizagem, contemplando assim, a verdadeira inclusão dos alunos com deficiência.

Segundo Mantoan (2015, p.81):

> Formar o professor na perspectiva da educação inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis. [...] a inclusão escolar não cabe em uma concepção tradicional de educação.

É percebível que o docente precisa na sua prática pedagógica, ter um conhecimento bem construído em sua área de atuação, além de manter-se em permanente atualização, considerando o ritmo acelerado do conhecimento humano em geral. Ser um facilitador no processo de aprendizagem e contribuir na evolução de seus alunos através do planejamento contínuo e o respeito mútuo entre eles, para assim atender suas individualidades e deficiências.

Portanto, ainda segundo a autora o sujeito com deficiência intelectual pode apresentar déficit de metacognição, apresentando dificuldade no reconhecimento dos seus próprios recursos cognitivo. Nesse sentido, é fundamental que o professor acompanhe e reconheça o desenvolvimento de seus alunos, a partir dessas observações, oferecer ou criar condições para que possam agir com êxito, dentro das suas possibilidades.

Desta forma, as escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. (MANTOAN, 2001, p. 24).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das referências bibliográficas estudadas foi constatado que o processo de inclusão/educação especial tem suas raízes na história da educação de pessoas com deficiências. No passado, as pessoas com deficiência eram frequentemente excluídas da educação formal, pois eram consideradas incapazes de aprender e não havia recursos ou estratégias disponíveis para ajudá-las. Essas pessoas eram negadas ao convívio social, e até mesmo abandonadas por seus familiares por não serem consideradas seres humanos capazes de viver em sociedade.

No entanto, diante de tantas desigualdades para com estes, o cenário começou a mudar, e, a partir do final do século XIX e início do século XX, houve um movimento para oferecer educação a pessoas com deficiência, e assim algumas melhorias nesse âmbito educacional começou a surgir.

Já na década de 1960 foi um marco para a educação especial, com o desenvolvimento de leis e políticas que garantiam a igualdade de oportunidades educacionais para pessoas com deficiência. Em 1965, a Lei de Educação para Pessoas com Deficiência foi aprovada nos Estados Unidos, que estabeleceu a obrigação das escolas públicas em oferecer educação gratuita e apropriada para todas as crianças, independentemente de suas necessidades especiais.

Desde então, muitos países adotaram políticas e legislações similares para garantir a educação inclusiva e equitativa para pessoas com deficiência. A educação especial evoluiu ao longo do tempo, incorporando novas estratégias e tecnologias para melhorar a qualidade da educação e promover a inclusão de pessoas com deficiência em todos os níveis educacionais.

Dando ênfase a deficiência intelectual, é necessária uma atenção especial na educação, pois afeta a capacidade do indivíduo de aprender e se desenvolver cognitivamente.

O papel do professor na educação especial é fundamental, pois eles têm a responsabilidade de planejar e implementar estratégias de ensino que atendam às necessidades individuais dos alunos. O professor deve entender as habilidades e limitações

de cada aluno e adaptar seu ensino de acordo com as necessidades de cada um.

Além disso, o professor deve trabalhar em colaboração com outros profissionais, como psicólogos, terapeutas e assistentes sociais, para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e apoiar o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência intelectual.

Para garantir a efetividade do ensino para alunos com deficiência intelectual, o professor deve utilizar uma abordagem de ensino diferenciada que utilize recursos e estratégias pedagógicas que sejam compatíveis com o nível cognitivo do aluno. É importante lembrar que cada aluno é único, e que a deficiência intelectual pode variar em grau e tipo. Portanto, o professor deve estar preparado para adaptar sua abordagem de ensino de acordo com as necessidades específicas de cada aluno.

Outro ponto importante é que o professor deve ajudar os alunos a desenvolver habilidades sociais e emocionais, incentivando a interação social e a construção de relacionamentos saudáveis. Isso pode ser feito através de atividades que promovam a cooperação, comunicação e empatia.

Em resumo, o papel do professor na educação especial é crucial para ajudar os alunos com deficiência intelectual a alcançar seu potencial máximo. É importante que os professores sejam altamente treinados e estejam dispostos a adaptar sua abordagem de ensino para atender às necessidades individuais de cada aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a educação inclusiva é um campo de estudo que busca oferecer suporte educacional e recursos para atender às necessidades individuais de estudantes com deficiências e transtornos. A deficiência intelectual é uma característica que afeta a disposição de uma pessoa de aprender e se desenvolver intelectualmente.

É importante entender que a deficiência intelectual não define uma pessoa, e que cada indivíduo com essa condição é único e possui habilidades e desafios diferentes. É fundamental que a educação especial seja inclusiva e personalizada, atendendo às necessidades específicas de cada aluno.

Além disso, é necessário que haja uma abordagem holística para o desenvolvimento dos estudantes, que inclua não apenas o ensino acadêmico, mas também o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e comportamentais. A educação especial deve ser uma experiência enriquecedora para os estudantes, que lhes permita desenvolver todo o seu potencial e se tornar membros bem-sucedidos e integrados na sociedade.

É importante lembrar que a educação especial é um direito garantido por lei em muitos países, incluindo o Brasil, e que deve ser oferecida de forma acessível e de qualidade a todos os estudantes que necessitam dela. É papel da sociedade e das instituições educacionais trabalharem para garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Pensar a Diferença/Deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. 2001.

BLANCO, R. **Aprendendo na diversidade**: Implicações educativas. Foz do Iguaçu: 2003. Disponívelem:<http://entreamigos.org.br/sites/defaut/files/textos/Aprendendo%20na%20 Diversdade20%20Implica%-C3%A7%C3%B5es%20Educativas.pdf>. Acesso em 08 de mar de 2016.

MANTOAN, M. T. E**. Inclusão Escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2001.

NASCIMENTO. L. B. P. **A importância da inclusão escolar desde a educação infantil**. 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Departamento de Educação – Faculdade Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014.

OLIVEIRA, Fabiola Rolim. ARAÚJO, Michael Douglas Batista . SILVA, José Lindemberg Bernardo. **O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.** IV Congresso Nacional de Educação. Paraíba, novembro de 2017. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA10_ID9047_28092019222226.pdf. acesso em 11 de março de 2023.

SOUZA, J. P. de. **A Educação Física no contexto inclusivo**: análise do curso de capacitação de professores multiplicadores em Educação Física Adaptada. Campo Grande, 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Católica Dom Bosco 2006.

TESSARO, Nilza Sanches. **Inclusão Escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

VIEIRA , Scheilla de C. Abbud. **Deficiência intelectual: construção do conhecimento e o atendimento educacional especializado**. 1º Seminário Luso- Brasileiro da Educação Inclusiva: o Ensino e a aprendizagem em discussão. Pará, maio de 2017. Disponível em: https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-5/completo-8.pdf, acesso em 11 de março de 2023.

VIGOTSKI, L.S. **Obras completas. Fundamentos de defectologia** Tomo V. Madrid: Visor, 1997. Disponível em: https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-5/completo-8.pdf, acesso em 11 de março de 2023.

SOBRE O ORGANIZADOR

JADILSON MARINHO DA SILVA: Possui graduação em Letras pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco (2010), graduação em Pedagogia pela Faculdade Mantenense dos Vales Gerais (2021), especialização em Linguagens, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (2022), especialização em Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Cândido Mendes (2015), especialização em Ensino de Língua Portuguesa pela Faculdade de Ciências Educacionais (2014), especialização em Língua Brasileira de Sinais (2020), especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2021), Mestrado (2017) e Doutorado em Ciências da Educação (Diploma reconhecido pela Universidade Federal de Goiás). Integra o Núcleo de Pesquisa em História e Cultura Política, Educação e Diferenças Culturais (AESA/CESA). Na Educação Superior possui experiência nas áreas de Letras e Educação, com ênfase em Literatura Brasileira, Literatura Comparada, Educação Inclusiva, formação docente, avaliação e currículo.

ÍNDICE REMISSIVO

A

C

D

E

F

I

L

P

ÍNDICE REMISSIVO

S

T

Inclusão

e contexto social:

agenda contemporânea 2

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2023

Inclusão
e contexto social:
agenda contemporânea 2

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2023